

CPI da Asefe espera receber mais denúncias

PRESIDENTE DA COMISSÃO QUE APURA O ESQUEMA DE DESVIO DE DINHEIRO, DEPUTADO JOÃO DE DEUS, GARANTE OS TRABALHOS CONTINUARÃO DURANTE RECESSO LEGISLATIVO

Os trabalhos da CPI da Asefe irão continuar a pleno vapor durante o recesso legislativo, afirmou ontem o presidente da Comissão, deputado distrital João de Deus (PPB). Ele disse que os assessores e o corpo técnico, formado por polícias civis e militares, continuarão trabalhando, fazendo diligências e recebendo novas denúncias. O deputado disse que o corpo técnico irá municiar a CPI com mais documentos. "Eles vão buscar notas fiscais de gráficas e de fornecedores envolvidos no esquema de desvio de dinheiro da Asefe, além de provas do esquema de desvio de tíquetes", afirma.

João de Deus lembrou que alguns parlamentares da CPI não irão viajar e poderão ser chamados para ouvir depoimentos. O mais esperado, o de Firmino Pereira Neto, ex-diretor financeiro da Asefe, foi adiado para 5 de agosto. Ele alegou que não pode comparecer antes à Câmara Legislativa para depor, por não ter "condições psicológicas" e também por estar "catalogando" toda a documentação que está em seu poder.

"O importante é que o Firmino se comprometeu a falar a verdade, trazer os documentos que levou e colaborar para esclarecer todos os rolos

da Asefe", ressaltou João de Deus. O presidente da CPI enfatizou que aceitou o pedido de Firmino para depor depois do recesso para que ele o faça com segurança, mas garantiu que não admite um novo adiamento.

"Se ele não vier no dia 5 de agosto, eu mando prender", afirmou.

O deputado informou que Firmino lhe confirmou que não vai assumir a culpa sozinho pelos desvios da Asefe. "Ele

me disse que está sendo tachado de bandido, mas vai provar que tem muitos outros bandidos na estória", disse.

Firmino é o responsável pelas denúncias de esquemas fraudulentos na associação para desviar recursos destinados ao financiamento de campanhas eleitorais e enriquecimento de diretores e políticos da esquerda, feitas após uma conversa entre ele e o ex-diretor do Sindicato dos Professores, Marcos Pato, gravada em fita de vídeo.

A fita de vídeo mostra um diálogo entre Firmino (filiado ao PPS) e Marcos Pato (filiado ao PT). Na gravação, Firmino acusa representantes do PT, PPS, PCB e PCdoB de estarem no centro de uma intriga que envolve um rombo financeiro de quase R\$ 20 milhões. Os quatro partidos dividem, há seis anos, o controle da Asefe, entidade de 30 mil associados, entre professores e funcionários administrativos das escolas públicas do DF, ativos e inativos. Todos os meses, eles depositam nos cofres da associação quase R\$ 5 milhões.

Os beneficiários deixaram de ser atendidos em clínicas, laboratórios e estabelecimentos comerciais conveniados à Asefe devido ao atraso no pagamento dos serviços. Os descontos têm servido apenas

para rolar as dívidas da associação, quatro vezes maiores que sua arrecadação mensal.

Com relação às denúncias envolvendo o Sindicato dos Médicos do DF, o deputado João de Deus espera apenas alguém entrar com uma representação para apurar irregularidades da entidade. "Se não houver uma denúncia formal à Corregedoria, não há como fazer análise de nada e encaminhar ao Plenário", diz. Se houver a denúncia, João de Deus afirma que a CPI da Asefe pode se desdobrar para o escândalo envolvendo o Sindmédico, que tenta recuperar, na Justiça, R\$ 1,3 milhão desviados durante os anos de 1993 a 1998.

A denúncia de desvio de dinheiro foi feita pelo vice-presidente do Sindmédico, Arnaldo Bernardino. Segundo ele, em junho de 1998, foi realizada uma auditoria nas contas dos dez anos anteriores e, por decisão da assembléia, uma sindicância contabilizou os prejuízos de apenas cinco anos. "Detectamos um caixa negativo de gastos não contabilizados ou com registros irregulares. Desse total, conseguimos identificar o destino, mesmo que irregular de R\$ 404 mil. Os outros R\$ 896 mil, ninguém sabe, ninguém viu", comentou o vice-presidente do Sindmédico.



Deputado João de Deus: CPI não vai parar

Distribuição Federal - Educação

04 JUL 2002

TRIBUNA DO BRASIL